

**REUNIÃO
DO EXECUTIVO**

**ACTA N.º 33
DE 19-12-2007**

ACTA N.º 33

Data da reunião extraordinária: 19-12-2007

Local da reunião: Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Santarém

Início da reunião: 17:40 horas

Intervalos: das 19,44 horas às 20,05 horas

Términus da reunião: 21:30 horas

Resumo diário da Tesouraria: 18/12/2007 2.181.053,71 €

Membros da Câmara Municipal que compareceram à reunião:

Presidente: Ramiro José Jerónimo de Matos

Vereadores: Luís Manuel da Graça Batista

Lígia Corujo Reis Batalha

Manuel António dos Santos Afonso

Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves

Joaquim Augusto Queirós Frazão Neto

Maria Luísa Raimundo Mesquita

António Francisco Baptista Valente

Henriqueta da Graça Pereira Carolo

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Maria Nazaré de Matos Ferreira Pais da Costa

Cargo: Chefe de Secção

Faltas justificadas:

Faltas por justificar:

-----**ABERTURA DA ACTA**-----

--- O **senhor Presidente em exercício** declarou aberta a reunião, eram dezassete horas e quarenta minutos, dando conhecimento da presença, nesta reunião, dos senhores Vereadores Luís Batista e António Valente em substituição dos senhores Presidente e Vereador Rui Barreiro, respectivamente, nos termos dos artigos setenta e oito e setenta e nove da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro. Seguidamente deu início ao “**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**”:

-----**OUTRAS DELIBERAÇÕES**-----

--- **PROTOCOLO DE MECENATO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM E A UNICER – RATIFICAÇÃO**-----

--- A Câmara após análise do processo, deliberou, por unanimidade, ratificar termos do protocolo de mecenato celebrado entre a UNICER – Distribuição de Bebidas, S.A. e a Câmara Municipal de Santarém, em dezoito de Dezembro de dois mil e sete, ficando o mesmo anexo à presente acta (documento I), dela fazendo parte integrante.

--- **PROTOCOLO DE MECENATO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTARÉM, SISTEMAS MCDONALD'S PORTUGAL, LIMITADA E IMO-AUTO-LAVAGENS**-----

--- A Câmara após análise dos documentos deliberou, por unanimidade, aprovar termos do protocolo em epígrafe, que se dá aqui por reproduzido, ficando anexo à presente acta (documento II), dela fazendo parte integrante.

--- **NOMEACÃO E FIXAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS TITULARES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA EMPRESA A.S. EMPRESA DAS ÁGUAS DE SANTARÉM, E.M., S.A.**-----

--- Foi presente a proposta número dezoito, de dezassete do corrente mês, subscrita pelo senhor Vice-Presidente, que a seguir se transcreve:

--- “Considerando que:-----

--- Um - Por deliberação tomada em reunião de Câmara de vinte de Agosto de dois mil e oito foi decidido, nos termos conjugados da alínea a) do número um do artigo oitavo da

Lei número cinquenta e três-F/dois mil e seis, de vinte e nove de Dezembro, da alínea a) do número seis do artigo sessenta e quatro e da alínea l) do número dois do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, propor à Assembleia Municipal a constituição da empresa municipal A.S. - Empresa de Águas de Santarém, EM, S.A.;-----

--- Dois - Por deliberação da Assembleia Municipal de vinte e oito de Setembro de dois mil e sete, tomada ao abrigo das sobreditas disposições, foi decidido autorizar a constituição da empresa A.S. - Empresa de Águas de Santarém, EM, SA, aprovando-se os respectivos Estatutos;-----

--- Três - Por escritura pública outorgada em catorze de Dezembro de dois mil e sete, pelo Notário Privativo desta Câmara, ao abrigo do disposto no número quatro do artigo oitavo da Lei número cinquenta e três-F/dois mil e seis, de vinte e nove de Dezembro, foi constituída a empresa A.S. Empresa de Águas de Santarém, EM, SA;-----

--- Quatro - Nos termos do artigo sexto dos Estatutos da A.S. - Empresa de Águas de Santarém, EM, SA, os órgãos sociais são a Mesa da Assembleia-Geral, o Conselho de Administração e o Fiscal Único;-----

--- Cinco - Nos termos do artigo sétimo dos mesmos Estatutos, a Mesa da Assembleia-Geral é composta por um Presidente e um Secretário;-----

--- Seis - Nos termos do artigo oitavo dos mesmos Estatutos, o Conselho de Administração é composto por dois a cinco membros, sendo um deles designado Presidente conforme deliberação da assembleia-geral que proceda à eleição do Conselho;-----

--- Sete - Nos termos do artigo doze dos mesmos Estatutos, o Fiscal Único deverá ser um revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas, a eleger pela assembleia-geral;-----

--- Oito - A eleição dos órgãos sociais compete à assembleia-geral, constituída pelo representante do accionista único;-----

--- Nove - O representante do accionista único na assembleia-geral destinada a eleger os órgãos sociais deve ser para o efeito mandatado pela Câmara Municipal;-----

--- Dez - A gestão da empresa pode ser eficientemente assegurada com a eleição de três membros para o Conselho de Administração; -----

--- Onze - Nos termos da alínea l) do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal aprovar a remuneração dos membros dos corpos sociais; -----

--- Doze - Nesta fase da vida da empresa e tendo ainda em conta o disposto no número um do artigo quarenta e sete da Lei número cinquenta e três-F/dois mil e seis, de vinte e nove de Dezembro, não deve ser atribuída aos membros do Conselho de Administração qualquer remuneração, sendo que os titulares de órgãos da empresa que exercem funções na Câmara Municipal não têm direito a qualquer remuneração e os que não exercem essas funções terão direito a senha de presença por cada reunião em que participem, de montante igual às atribuídas aos vereadores sem pelouro: -----

--- Tenho a honra de propor: -----

--- Um - Que a Câmara Municipal delibere mandar o Dr. Ramiro José Jerónimo de Matos como seu representante na Assembleia-Geral da A.S. - Empresa de Águas de Santarém, EM, SA, para eleger os seguintes titulares dos órgãos sociais: -----

--- **Mesa da Assembleia-Geral – Presidente**-----

--- - Ramiro José Jerónimo de Matos -----

--- **Secretário** -----

--- - Paulo Filipe Fernandes Ferreira Chora-----

--- **Conselho de Administração – Presidente**-----

--- Francisco Maria Moita Flores-----

--- **Vogais**-----

--- - Leonel de Matos Martinho do Rosário-----

--- - Francisco José Viegas Santos -----

--- **Fiscal único** -Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associado, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas-----

--- **Fiscal único Suplente** - Carlos António Rosa Lopes -----

--- Dois - Que a Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal: -----

--- a) que os membros do Conselho de Administração não devem auferir qualquer remuneração, sendo que os titulares de órgãos da empresa que exercem funções na Câmara Municipal não têm direito a qualquer remuneração e os que não exercem essas funções terão direito a senha de presença por cada reunião em que participem, de montante igual às atribuídas aos vereadores sem pelouro; -----

--- b) que o Fiscal Único afixe a remuneração setecentos e cinquenta euros mensais.” --

--- A Câmara deliberou, por maioria, com abstenções dos senhores Vereadores do Partido Socialista, aprovar a proposta atrás transcrita, apresentada pelo senhor Presidente em exercício, concordando com os titulares dos órgãos sociais indicados na mesma. Mais foi deliberado remeter o assunto à Assembleia Municipal para efeitos de fixação da remuneração dos órgãos sociais da empresa, em conformidade com o sugerido na mesma proposta. -----

--- O senhor **Vereador Ramiro Matos** não participou na apreciação e votação deste assunto por ser um dos elementos propostos para integrar os órgãos sociais da empresa.-

--- Apresentaram declaração de voto:-----

--- Senhora **Vereadora Luísa Mesquita** - “Três razões fundamentais levam à minha votação favorável. Em primeiro lugar estamos perante um processo que foi conduzido por todo o Executivo camarário com propostas apresentadas ao longo de vários meses e daí decorrem três dados que me parecem extremamente importantes e que justificam o meu voto favorável. Estamos a constituir uma empresa com cem por cento de capital público que em tudo se assemelha aos actuais Serviços Municipalizados. Estamos a manter a pluralidade das sensibilidades políticas no Conselho de Administração exactamente como ocorria nos Serviços Municipalizados de Santarém e estamos a manter a não remuneração dos elementos do Conselho de Administração exactamente como decisão também tomada no anterior Executivo e desde essa altura os elementos que ainda hoje constituem o Conselho de Administração estarem a receber exclusivamente senhas de presença não recebendo quem tem pelouros e vencimento

como Vereador a tempo inteiro ou a meio tempo.” -----

--- Senhor **Vereador Manuel Afonso** – “Não é prática do Partido Socialista votar contra quando estão envolvidas pessoas e como estão envolvidas pessoas para integrar os órgãos da empresa que foi criada, o Partido Socialista decidiu que se deveria abster. No entanto gostaria de deixar aqui bem claro que a posição do PS – Partido Socialista relativamente a esta questão de juntar o saneamento e as águas sempre esteve no nosso espírito, já a constituição da empresa e a alienação de quarenta e nove por cento do património dos Serviços Municipalizados o Partido Socialista mantém a sua posição clara e inequívoca de ser contra a constituição desta empresa nos termos que estão programados. Gostava também de deixar uma referência a uma situação que nos preocupa e que resulta de Santarém não ter integrado a empresa Águas do Ribatejo, que é o facto de os fundos de coesão no saneamento relativos a projectos que ficaram em carteira na Câmara Municipal de Santarém e já deveriam estar em execução Alcanede, Romeira, a Estação de Tratamento de Águas Residuais da Póvoa da Isenta e outros e Santarém já está lesada em milhões de euros como consequência desta decisão que foi tomada, por isso a nossa abstenção porque estão em causa pessoas e a posição do Partido Socialista contrária clara e inequivocamente relativamente à constituição da empresa nos termos em que está programado.” -----

--- Senhor **Vereador Ricardo Gonçalves** em nome do Partido Social Democrata – “Desconhecemos onde estão as verbas perdidas para algumas freguesias, mencionadas pelo Partido Socialista. Nós temos que funcionar com factos e não com suposições. Não se perderam verbas. O que acontece neste momento é que foi entregue uma reprogramação à Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo e ao Fundo de Coesão para que Santarém e o Cartaxo, que decidiram não aderir às Águas do Ribatejo, tenham direito aos fundos que estavam devidamente aprovados para os seus projectos. Ainda não houve qualquer decisão sobre a reformulação dessa candidatura. Não sabemos se o senhor Vereador Manuel Afonso tem algum facto novo em que possa fundamentar as suas afirmações. -----

--- Por outro lado, os processos não andaram na Câmara. A determinada altura a

empresa Águas do Ribatejo não se podia constituir porque faltavam os fundos de coesão relativos a projectos de abastecimento de água exigidos no caderno de encargos e a Câmara, tendo outra estratégia para a água e para o saneamento, solicitou os processos já que eles não andavam, ao contrário, aliás, de outras Câmaras em que os processos nunca pararam apesar das dúvidas relativamente à constituição da empresa e aos fundos. Todavia, os nossos projectos estavam parados e, a este propósito, lembramos também que este processo já havia começado em dois mil e três, no mandato anterior, portanto tiveram dois anos para avançar com os projectos.” -----

--- ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA DOIS MIL E OITO, DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM -----

--- Para efeitos de apreciação e votação foi presente o documento em epígrafe, tendo o senhor **Presidente** começado por sublinhar que o documento em causa, cujo montante global é de oitenta e oito milhões oitocentos e oitenta e seis mil oitocentos e sessenta e oito euros, é o maior orçamento do município de Santarém comparado com alguns dos últimos anos, nomeadamente, com o de dois mil e quatro que ascendia a sessenta e dois milhões cento e noventa mil novecentos e setenta e um euros. Face a esse ano de dois mil e quatro verifica-se um crescimento de quarenta e três por cento no valor do orçamento global. -----

--- Realçou o facto deste orçamento incluir a quase totalidade da dívida do Município. --

--- Lembrou que a dívida tem sido uma preocupação constante, como se tem verificado nas reuniões de Câmara, dadas as diferentes soluções apresentadas. A este propósito referiu que o contrato definitivo celebrado com a Caixa Geral de Depósitos referente ao processo de antecipação de receitas seguirá amanhã para o Tribunal de Contas. -----

--- Referiu que apesar de todas estas contrariedades verificadas relativamente às propostas de solução apresentadas ao longo dos últimos dois anos conseguiu-se a consolidação de uma parte do passivo de curto prazo, conforme ficou espelhado no Relatório e Contas do ano de dois mil e seis, onde há uma diminuição substancial do passivo de curto prazo e a sua transformação em médio/longo prazo. Acrescentou que se pretende concretizar até ao final do ano a liquidação de quase cem por cento de todas as

responsabilidades, de todas as obrigações e compromissos que o município tem para com as juntas de freguesia. Lembrou que, ao longo dos anos, os orçamentos da Câmara continham projectos que não se concretizavam física ou financeiramente e neste momento assumiu-se um compromisso com as Juntas de Freguesia, transformando esse passivo para médio prazo, possibilitando o seu pagamento pela Câmara e resolvendo o problema de muitas das Juntas que, tal como a Câmara, sofrem a pressão dos fornecedores. Disse estar a falar de cerca de três milhões de euros em que, praticamente metade foi objecto de deliberação na última reunião de Câmara. Referiu que, fruto de projectos e de obras nos últimos anos, essa dívida ainda não estava assumida no balanço da Câmara Municipal, porque não tinha sido alvo de deliberação e, nalguns casos, nem cabimento. Assim, conforme referido na última reunião o passivo da autarquia aumentou substancialmente mas vai honrar um dos compromissos que tinha ficado subjacente ao próprio contrato de antecipação de receitas, que era essa antecipação servir prioritariamente para liquidar as transferências às juntas de freguesia. -----

--- Disse estar a preparar um plano de saneamento financeiro que será presente em reunião no início do próximo ano. -----

--- Informou que o Município de Santarém teve já em Dezembro um corte de dez por cento nas transferências do Estado fruto do despacho do senhor Ministro das Finanças que foi comunicado no passado dia dez. No mesmo dia foi enviado um ofício pelo senhor Presidente ao senhor Ministro das Finanças, ao senhor Secretário de Estado da Administração Local e à Direcção-Geral das Autarquias Locais a solicitar que a transferência fosse retida para não pôr em causa aqueles que eram os compromissos assumidos pela Autarquia. Acrescentou que o Município vai interpor uma providência cautelar, que suspenderá os efeitos do acto do despacho conjunto do senhor Ministro das Finanças e do Secretário de Estado da Administração Local e que nesse mesmo momento se irá comunicar que a autarquia cumpriu as regras do endividamento líquido fixado quer na Lei das Finanças Locais quer na Lei do Orçamento do Estado para dois mil e sete. Chamou ainda a atenção para o facto da sanção do não cumprimento dos limites do endividamento ter sido imposta depois da data em que é contabilizada essa

referência para os limites do endividamento, ou seja, sai em dois mil e sete a sanção para quem não cumpre uma coisa a trinta e um de Dezembro de dois mil seis, com referência a trinta e um de Dezembro de dois mil e cinco.-----

--- Prosseguiu referindo que se pretende que este orçamento possa ser um orçamento de viragem deste município, o inverter de uma situação que existe desde dois mil e dois, data de implementação do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e que obrigou a algumas operações contabilísticas para que se conseguisse cumprir aqueles que eram os requisitos das deliberações dos orçamentos e das contas do município e, portanto, é um orçamento que pretende incluir o grosso dos compromissos e que, naturalmente, pretende colocar Santarém na linha da frente dos desafios do QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional. Disse ter esperança que nos próximos meses saia a regulamentação definitiva do Quadro de Referência Estratégico Nacional e que o município possa agarrar esses desafios fazendo candidaturas em áreas essenciais. -----

--- As áreas prioritárias deste orçamento e naturalmente também das candidaturas ao Quadro de Referência Estratégico Nacional são a educação e a reabilitação urbana de espaços públicos. Referiu que a autarquia durante estes últimos dois anos elaborou uma série de projectos que neste momento estão em condições de ser candidatados. Ao nível da educação disse ser condição de candidatura existirem projectos elaborados e aprovados pela Direcção Regional de Educação de Lisboa e neste momento a Câmara já tem quatro projectos de centros escolares nessas condições. Sublinhou que dois mil e oito será um ano de arranque, quer nesses projectos de reabilitação de infra-estruturas de educação, quer em muitos outros de reabilitação, nomeadamente do Jardim da Liberdade, do Jardim das Portas do Sol, do Jardim da República e muitas outras intervenções nas freguesias. -----

--- Também na área desportiva este orçamento prevê para dois mil e oito efectivar aquilo que é uma reivindicação de há muito tempo de Alcanede e de Pernes, que é a construção dos seus centros desportivos incluindo pavilhões polidesportivos que sirvam as escolas do Ensino Básico, segundo e terceiro ciclos e também o público em geral. Apesar da Direcção Regional de Educação de Lisboa ter referido que não havia financiamento para

pavilhões desportivos, a Câmara irá assumir esse esforço e com o Quadro de Referência Estratégico Nacional tentar aproveitar ao máximo os fundos comunitários adaptando-os à sua estratégia o que brevemente será alvo de discussão pública, com Workshops conduzidos pelo Professor Augusto Mateus que irá já em Janeiro apresentar o diagnóstico do concelho de Santarém e aquelas que são no seu entender as linhas mestras para a estratégia de Santarém até ao ano de dois mil e vinte. -----

--- Prosseguiu, referindo que, relativamente ao investimento este orçamento apresenta mais cerca de cinco milhões e quinhentos mil euros face àquele que foi o orçamento inicial de dois mil e sete e as despesas correntes também sofreram um aumento. -----

--- A este propósito lembrou que uma grande parte da dívida da autarquia diz respeito a despesas correntes e muitas dessas despesas correntes não estavam espelhadas nos orçamentos anteriores e agora estão integradas no orçamento em apreço. -----

--- Destacou as despesas correntes com a educação que em dois mil e oito se prevê que ascendam a cerca de três milhões e setecentos mil euros. Referiu que o Estado tem transferido competências neste âmbito mas depois não transfere as verbas necessárias, todavia a autarquia não vai deixar de intervir na Educação por este motivo. -----

--- Continuou referindo rubricas muito importantes que contribuem para o aumento das despesas correntes como os vencimentos das auxiliares nas escolas, as actividades de enriquecimento curricular, as intervenções para beneficiação das escolas. Também o contrato de conservação de estradas, recentemente aprovado e que está em fase de adjudicação constitui despesa corrente e visa a conservação corrente das estradas do concelho para que elas fiquem em condições. Frisou serem duzentos e sessenta quilómetros de conservação e que representam um aumento de despesas correntes para o município porque se trata de conservação não sendo despesa de investimento. -----

--- Recentemente foi também aprovado um contrato de prestação de serviços de controlo de plantas infestantes, limpeza de sarjetas e sumidouros nas vias e espaços públicos não ajardinados, o tratamento e recolha do lixo, apoio aos clubes desportivos e às associações culturais, tudo isto representa um esforço muito grande e, fruto da classificação económica são despesas correntes. -----

--- Disse ter um conjunto de medidas, algumas já implementadas em dois mil e sete, para reduzir despesas de funcionamento, todavia estas são despesas correntes que as regras da boa gestão obrigam a diminuir. -----

--- As duas grandes apostas deste orçamento reflectem-se nos números que refere na introdução: o crescimento na previsão inicial em vias de comunicação é vinte e seis por cento, dezoito por cento em parques e jardins, na construção de infra-estruturas de educação há um crescimento de onze por cento e em todo o programa da educação o crescimento é de noventa e dois por cento face ao ano de dois mil e sete.-----

--- Realçou também que o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais estabelece determinados limites e a receita prevista está toda legalmente justificada. O Quadro de Referência Estratégico Nacional vai efectivar-se em dois mil e oito e alguns dos projectos que a autarquia vai candidatar nesta primeira fase estão incluídos do lado da despesa, mas do lado da receita não se pode incluir a comparticipação dos fundos comunitários porque tal só é possível quando as candidaturas forem homologadas. -----

--- Interveio a seguir o senhor **Vereador Luís Batista** que começou por referir que “este orçamento apresenta uma receita e despesa prevista de cerca de oitenta e nove milhões de euros. A receita corrente, de cerca de cinquenta milhões de euros, representa cinquenta e seis vírgula trinta e três por cento do orçamento, aumentando três vírgula noventa e um por cento em relação ao ano de dois mil e sete, cerca de dois milhões de euros de aumento da receita corrente, essencialmente devido aos impostos directos, receitas próprias da autarquia que passam de nove milhões para onze milhões de euros. Estes impostos representam doze vírgula quatro por cento do orçamento, um aumento de quinze vírgula noventa e quatro por cento. -----

--- As transferências correntes têm um ligeiro aumento, nove vírgula cinquenta e seis por cento, representam treze vírgula vinte e dois por cento do orçamento. Estas transferências aumentam também por contrapartida com as transferências de capital que sofrem uma diminuição. Este facto tem a ver com a lei das finanças locais, no entanto verifica-se um aumento das transferências na sua globalidade o que significa que as transferências da Administração Central não baixam face ao que está espelhado neste

orçamento, apesar de considerarmos que o que se transfere é sempre pouco e que deveria haver mais transferências da Administração Central para o Poder Local. -----

--- Venda de bens e serviços correntes vinte e cinco milhões de euros, semelhante ao ano de dois mil e sete. Representa vinte e oito vírgula trinta e cinco por cento do orçamento e corresponde a metade da receita corrente. Esta verba diz respeito quase na totalidade à operação de antecipação de receitas da EDP – Energias de Portugal mantendo-se o mesmo valor do orçamento de dois mil e sete o que não se compreendo face à recente reformulação desta operação para uma verba de oito milhões de euros.”-----

--- Prosseguiu referindo que estranha a diminuição de trinta e sete vírgula sessenta e três por cento da receita referente a taxas, multas e outras penalidades passando de novecentos e sessenta e cinco mil euros para seiscentos e dois mil, portanto com uma quebra de trezentos mil euros. Perguntou se isto significa que a nível dos processos de contra ordenação já foram instaurados todos os processos e fixadas todas as coimas porque o facto de se verificar esta redução só pode querer dizer que estes processos estão resolvidos.-----

--- Continuou, dizendo que “a receita de capital ascende a cerca de trinta e nove milhões de euros, correspondendo a quarenta e três vírgula sessenta e sete por cento do orçamento; venda de bens de investimento perto de doze milhões de euros, representando treze vírgula quarenta por cento do orçamento sendo praticamente igual a dois mil e sete; transferências de capital dez vírgula seis milhões de euros, representando onze vírgula noventa e seis por cento do orçamento, verificando-se um decréscimo em relação a dois mil e sete mas conforme já foi referido por compensação nas transferências correntes.-----

--- Activos financeiros, quinze vírgula cinco milhões de euros, representa dezassete vírgula cinquenta e dois por cento, portanto, segundo este documento esta verba diz respeito à previsão de alienação de quarenta e nove por cento do capital social da empresa Águas de Santarém, portanto, alienação de património da autarquia que foi consolidado ao longo dos anos.” -----

--- Aludiu a seguir às despesas correntes, no montante de quarenta e dois milhões

quinhentos e seis mil novecentos e oitenta e três euros, referindo que “representam quarenta e sete por cento do orçamento. Esta despesa corrente aumenta nove milhões de euros, correspondendo a vinte e cinco vírgula setenta e um por cento em relação a dois mil e sete. -----

--- A despesa com Pessoal catorze milhões de euros, representando quinze vírgula setenta e oito por cento no orçamento, aumenta cerca de um milhão de euros. Justifica-se com a orçamentação de um milhão setecentos e trinta e cinco euros, devido à ADSE – Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública, no entanto em relação ao orçamento de dois mil e sete existe só um aumento de oitocentos e trinta e oito mil euros o que significa que também em dois mil e sete houve cerca de setecentos mil euros de dívida à ADSE – Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública.-----

--- Aquisição de bens e serviços: bens, três milhões oitocentos e noventa e dois mil oitocentos e vinte e três euros, representando vinte e cinco vírgula oito por cento do orçamento, pelo que não há qualquer comentário a fazer. Todavia, quanto à aquisição de serviços verifica-se um aumento de seis vírgula quatro milhões de euros. Os serviços tem aqui orçamentado dezoito milhões e quatrocentos mil euros, aumentando sete milhões, mais quarenta e sete vírgula noventa e três por cento que em dois mil e sete.” -----

--- Considerou que na aquisição de serviços é que se verifica um grande aumento em relação a dois mil e sete, ou seja seis vírgula quatro milhões de euros. Referiu que neste valor estão orçamentadas as seguintes rubricas: limpeza e higiene mais dois vírgula sete milhões, estudos projectos e pareceres mais quatrocentos mil euros, publicidade mais duzentos mil euros, outros trabalhos especializados mais um vírgula três milhões de euros, a conservação de bens. Justifica-se este aumento com as facturas em conferência, no entanto, existem aqui aumentos que me parecem não ter a ver com as facturas em conferência como, por exemplo, a publicidade que na conta de gerência de dois mil e seis constam trezentos e cinquenta e seis mil euros e neste orçamento vem com novecentos e quarenta e dois mil euros. Com os outros trabalhos especializados gastou-se em dois mil e seis, um milhão trezentos e vinte e cinco mil euros, agora no orçamento

para dois mil e oito constam dois milhões duzentos e trinta e nove mil euros. Outros Serviços, em dois mil e seis investiu-se um milhão e trezentos mil euros, no orçamento para dois mil e oito aparece um milhão setecentos e setenta e dois mil euros. Parece-me que é aqui que está o problema a nível das despesas correntes. Encargos de dívida representam dois vírgula três por cento do orçamento, aumentam novecentos mil euros devido ao aumento dos juros e devido aos contratos de cessão de créditos.-----

--- Despesas de capital, quarenta e seis milhões de euros, cinquenta e dois por cento do orçamento; aquisição de bens de capital, trinta e três milhões seiscentos e oitenta e um mil euros, o que representa trinta e sete vírgula oitenta e nove por cento do orçamento, verificando-se um aumento de nove vírgula quarenta e sete por cento. As transferências de capital representam onze vírgula vinte e seis por cento e os passivos financeiros é aqui que parece existir o maior problema deste orçamento pois em oitenta e nove milhões de euros de origem de fundos, só são encaminhados para investimento trinta e três vírgula seis milhões de euros ou seja trinta e sete vírgula oitenta e nove por cento do orçamento. Este é, na minha opinião, o principal ponto deste orçamento.”-----

--- Concluiu que não se está a fazer tudo para baixar a despesa corrente conforme seria necessário o que, em seu entender, já vinha a acontecer no mandato anterior porque a haver aumento de receitas próprias como já houve em dois mil e sete e que se prevê em dois mil e oito, devia haver uma maior poupança corrente que originaria um aumento dos valores de investimento.-----

--- Quanto às grandes opções do plano disse que só queria levantar uma questão que tem a ver com o saneamento básico e com os investimentos.-----

--- Disse saber que o saneamento básico vai passar a ser efectuado pela empresa águas de Santarém, no entanto, nas anteriores grandes opções do plano constavam as freguesias que estavam a seguir para investimento neste âmbito. Perguntou se estas prioridades se vão manter com a empresa Águas de Santarém, quais as prioridades de investimento no saneamento básico da empresa e para quando o início do saneamento nessas freguesias.

--- Relativamente às Juntas de Freguesia referiu que no orçamento para dois mil e sete foi encontrado um critério de distribuição de verbas para investimento que se mantém

em dois mil e oito. Recordou que já em dois mil e sete não concordou com este critério porque, em seu entender, atribuir uma obra a cada freguesia, com valor estipulado, é limitar o investimento nas freguesias de grande dimensão e dar oportunidade a uma freguesia mais pequena realizar investimento elevado em cada ano. Deu como exemplo Azoia de Baixo que tem para dois mil e oito uma obra no valor de vinte e um mil setecentos e oitenta e sete euros e Arneiro das Milhariças tem uma obra no valor de vinte e três mil euros, ou seja, existe uma diferença de apenas dois mil euros de uma freguesia para a outra sendo a diferença de dimensão e número de habitantes entre uma freguesia e outra bastante maior. Na sua opinião fazer a distribuição segundo o FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro não é o mais correcto porque é uma despesa corrente e é atribuída pela administração central para funcionamento da junta de freguesia. -----

--- A senhora **Vereadora Luísa Mesquita** disse ter participado em duas reuniões com os senhores presidentes de junta não tendo ouvido nenhuma critica objectiva ao critério de distribuição de verbas, todavia perguntou ao senhor Presidente em exercício se foi contactado pelos senhores presidentes de junta no sentido de lhe chamarem a atenção para o facto de se estar perante um critério injusto e que os critérios dos mandatos anteriores eram mais justos pelo que o actual tinha que ser rectificado. -----

--- Disse recordar que no ano passado o Executivo esteve todo de acordo no sentido de que os critérios encontrados embora possam não ser sempre justos, porque até os critérios são subjectivos, é preferível ter critérios mesmo sendo subjectivos que não ter critérios nenhuns e responder às necessidades das Juntas de freguesia casuisticamente. --

--- Face à intervenção do Partido Socialista relativamente à constituição da empresa de águas e às obras de saneamento perguntou se algum destes projectos estava em causa, se se mantinham as prioridades já definidas que serão automaticamente assumidas pela empresa águas de Santarém e se o Município está lesado em milhões de euros ou não.---

--- Prosseguiu referindo que quanto ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano considera que um instrumento desta natureza quer seja para uma freguesia, para um Concelho ou para um País tem dois objectivos fundamentais, um de natureza técnica que é sinónimo de operacionalização da gestão que, na sua opinião, deve ser sempre rigorosa

e transparente e o outro objectivo de planificação estratégica que enuncia as prioridades da força política que ganha as eleições.-----

--- Disse saber que há elementos que são determinantes para complicar estes dois objectivos, designadamente as dificuldades financeiras da própria autarquia e os constrangimentos da administração central que são cada vez maiores, pelo que, em seu entender deviam ser tomadas medidas de saneamento financeiro e contenção das despesa correntes o que não lhe parece que esteja a ser feito face ao orçamento em apreço. -----

--- A este propósito referiu que, por exemplo, a aquisição de bens e serviços sofre um aumento substancial, passando de quinze milhões para cerca de vinte e dois milhões de euros. É uma diferença de cerca de sete milhões de euros e esta subida de aquisição de bens e serviços não lhe parece ter só a ver com educação porque olhando um quadro que tem a ver com os valores inscritos para os diversos programas por áreas cruciais de funcionamento do Poder Local verifica que a educação e os serviços auxiliares de ensino apresentam uma verba global de cerca de vinte e quatro milhões de euros e nesse mesmo quadro a cultura, desporto, recreio e lazer apresenta um montante global cerca de trinta e seis milhões de euros. Disse ser no âmbito da definição de prioridades que há divergências porque, como é natural se tivesse formulado este orçamento as prioridades seriam outras, acrescentando que tem dúvidas, face às dificuldades financeiras, se a autarquia tem condições para ter esta aposta na cultura, no desporto, no recreio e no lazer. -----

--- Sublinhou que as receitas correntes aumentam cerca de um milhão e oitocentos mil euros, mas as despesas correntes aumentam mais de oito milhões de euros o que, em seu entender, é preocupante. Enquanto no orçamento de dois mil e sete se obteve uma poupança de mais de catorze milhões de euros em dois mil e oito ficou-se pelos sete milhões e meio e enquanto as receitas de capital aumentaram mais de onze milhões as despesas de capital ficam por um aumento de quatro milhões e seiscentos mil euros, pelo que, na sua opinião, este aumento vai ser em grande parte para cobrir as necessidades das despesas correntes. Frisou que a questão que se coloca aqui, mais uma vez, tem a ver com as necessidades do Concelho e definição de prioridades que deveria encontrar

outras respostas, o que na sua opinião se torna evidente porque se se considerar o orçamento de dois mil e oito que teve um aumento de cerca de dezassete por cento verifica-se que as despesas de capital descem de cinquenta e cinco vírgula vinte e cinco para cinquenta e dois vírgula vinte por cento no cômputo da despesa geral, enquanto as despesas correntes sobrem de quarenta e quatro vírgula sete para quarenta e sete vírgula oitenta por cento em dois mil e oito.-----

--- Chamou a atenção para o facto de, conforme é referido no orçamento, a principal origem dos fundos ser a venda de bens e serviços correntes através do recurso a uma operação de antecipação de receitas da EDP – Energias de Portugal e os activos financeiros através da alienação de quarenta e nove por cento do capital social da empresa de Águas de Santarém, o que a deixa muito preocupada porque são operações financeiras que não estão ainda totalmente garantidas. -----

--- Considerou que o ano de dois mil e oito pode ser um ano crucial para apresentação de candidaturas ao QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional e o Concelho de Santarém tem condições para apresentar candidaturas de diversos níveis e se houver candidaturas de âmbito nacional com impacto regional a própria Câmara Municipal de Santarém poderia construir candidaturas que possam articular-se com as candidaturas nacionais, assim como as Juntas de Freguesia também se poderiam constituir em Associação de Freguesias e apresentarem candidaturas ao Quadro de Referência Estratégico Nacional. -----

--- Por último, aludiu ao facto de ter sido dito que a inclusão da dívida teve um impacto negativo no orçamento mas, em seu entender também teve um impacto positivo porque se pode definitivamente entrar no bom caminho e nos dois anos do mandato que faltam, criar alguma capacidade de execução orçamental para alguns investimentos imprescindíveis. Acrescentou que o que lhe parece mais importante neste momento não é mais construção, é mais consolidação orçamental devendo o Executivo gerir o dinheiro dos contribuintes da melhor forma, utilizando-o exclusivamente para a melhoria da qualidade de vida dos munícipes e do próprio Concelho. -----

--- O senhor **Vereador Joaquim Neto** começou por comparar o orçamento para dois mil

e oito com o de dois mil e cinco referindo que relativamente a este ano há um aumento global do orçamento de cerca de quarenta por cento, no entanto as despesas correntes aumentam oitenta e quatro por cento ou seja, cerca de vinte milhões de euros mais do que o orçamento de dois mil e cinco.-----

--- Relativamente à distribuição das verbas às juntas de freguesia disse que não concordava com aquele critério por achar eventualmente que outro critério que não seja o das transferências do Fundo de Equilíbrio Financeiro poderia ser mais justo e eventualmente permitir mais obra em freguesias de maior dimensão.-----

--- Relativamente às juntas de freguesia chamou a atenção para o facto da Junta de Freguesia de Abitureiras não ter a verba que lhe foi atribuída inscrita para obra. -----

--- No âmbito da educação disse que gostaria de ver a inscrito o segundo capítulo dos investimentos da carta educativa.-----

--- Manifestou a sua preocupação pelo facto de ter desaparecido do orçamento a intenção de construção da escola de Ensino Básico dois, três do Vale de Santarém até porque também faz parte da carta educativa e esse projecto deixa de existir com projecto autónomo da própria Câmara, o que considera errado.-----

--- Manifestou o seu desagrado pelo facto de uma obra para Amiais de Baixo que estava inscrita como a variante sul a Amiais de Baixo para a qual existe já um projecto de movimentação de terras, que no ano passado deixou de existir e que continua a não existir apesar da manifestação de vontade feita pelo senhor presidente da junta.-----

--- Aludiu à verba de um milhão de euros que se definiu como sendo para as juntas de freguesia para uma obra nova, que no seu entender poderia ser mais elevada até porque dificilmente se conseguirão fazer obras concretas e efectivas nas juntas com vinte ou trinta mil euros, nomeadamente em freguesias com vários lugares, como é o caso de Abitureiras.-----

--- A concluir disse considerar que, a receita que se perspectiva arrecadar, nomeadamente com a antecipação de receitas ou empréstimo e o encaixe da verba empresa Águas de Santarém, permitiria estar perante um efectivo saneamento financeiro e inclusivamente da efectiva diminuição da dívida global da Câmara. Em seu entender

podia-se ir mais além e diminuir de facto a dívida global da Câmara -----

--- Na sequência das intervenções verificadas o senhor **Presidente** sublinhou que a Autarquia aumenta as despesas correntes mas o Estado também as aumenta e nas transferências para as autarquias reforçou esta componente, todavia as transferências do Estado mantêm-se apesar de haver sempre mais transferências de competências, nomeadamente na educação, que é uma competência do Estado, em que há um deficit de cerca de um milhão de euros anual. -----

--- A propósito do comentário de que no orçamento de dois mil e sete a antecipação de receitas era igual à do actual, o senhor Presidente lembrou que a única proposta que se encontra aprovada e com visto do Tribunal de Contas refere-se a cerca de vinte e três milhões de euros de antecipação de receitas. O aditamento ainda não foi visado pelo Tribunal de Contas. -----

--- Referiu ainda que se fosse optimista do lado da receita os valores seriam bastante mais elevados porque, por exemplo, não constam as receitas de fundos comunitários e a verba que referente a alienação de património é inferior àquela que se prevê. As taxas vão ter que ser alteradas por imperativos legais e vão subir porque segundo a Lei, devem representar o preço real do serviço que se presta. Em dois mil e oito irão ser apresentados os novos regulamentos de taxas já com estudo económico para o qual terá de ser feita uma consultoria uma vez que a autarquia não tem possibilidade de efectuar esse estudo económico porque não tem contabilidade analítica. -----

--- O saneamento vai passar todo para a empresa de águas, irá haver a cessão do município para a empresa quer nos créditos quer nos débitos. Ainda se mantiveram algumas obras relacionadas com saneamento devido aos empréstimos. Ainda não se decidiu se o município mantém estes passivos e a empresa vai liquidando mensalmente os empréstimos, se o empréstimo é cedido, para a empresa e a empresa o assume como seu. -----

--- Portanto o saneamento é retirado do orçamento, e é essa a razão por não constarem as obras de saneamento, as obras novas e portanto será o Conselho de Administração que vai decidir quais são as prioridades. -----

--- Lembrou, todavia que o Conselho de Administração está balizado por algumas decisões da Câmara, designadamente por um estudo de viabilidade económico-financeira que foi aprovado na constituição da empresa e que diz quais é que são os investimentos para cada ano. Está balizado também pela Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo que avançou com projectos de algumas freguesias segundo o que eram as prioridades no seio das águas do Ribatejo, e naturalmente esses vão ser os projectos que vão iniciar mais rapidamente as obras porque os projectos já estão executadas. Esses projectos vão ser transferidos para a empresa municipal Águas de Santarém-----

--- Relativamente à distribuição de verbas pelas Juntas de Freguesia referiu que nenhum Presidente de Junta lhe disse que era injusto o critério. O Fundo de Equilíbrio Financeiro é transferido em função do número de habitantes de uma freguesia e em termos da sua área mas depois há um plafond mínimo senão a desigualdade era gritante em termos da aplicação dos critérios. -----

--- Acrescentou não haver qualquer confronto entre as freguesias e o município. Todas as freguesias fazem parte do Concelho e como tal todas as obras nas freguesias são tão estratégicas para elas como para a Câmara. Sublinhou que há outras obras que estão na parte da Câmara que não estão em transferência para as juntas de freguesia e que são prioritárias. Frisou que actualmente as verbas para as obras a realizar nas freguesias estão na sua maioria definidas enquanto em mandatos anteriores se aumentavam as expectativas das Juntas de freguesia mas as verbas andavam de ano para ano como verbas não definidas. -----

--- Seguiu-se ainda uma ampla troca de impressões com intervenções dos senhores Vereadores Luís Batista, Joaquim Neto, Manuel Afonso e Luísa Mesquita que face às intervenções havidas propôs que se elabore um documento comparativo relativamente aos quatro anos do mandato que permitisse saber exactamente quais foram os territórios objecto de discriminação, quais foram aqueles que tendo sido objecto de discriminação ainda o foram mais ao longo dos quatro anos ou quiçá aqueles que tendo sido objecto de discriminação durante anos seguidos se foram objecto de menor discriminação a partir de determinada data. Considerou que este estudo seria interessantíssimo e permitiria

saber qual foi o comportamento da autarquia em termos políticos face às vinte e oito freguesias e até, num espaço temporal de dez anos, ver qual foi a obra pública feita pela Câmara Municipal nas vinte e oito freguesias deste Concelho de acordo com a força partidária à frente de cada uma dessas freguesias e que este estudo fosse elaborado em termos de retrospectiva a dois mil e cinco e depois dois mil e seis para dois mil e nove. -

--- O senhor **Presidente** referiu que não é possível introduzir assuntos nesta reunião por ser extraordinária, todavia mostrou-se disponível para aceitar a proposta em futura reunião. -----

--- Teceu ainda algumas considerações sobre as questões levantadas, após o que submeteu o assunto a votação, tendo o Executivo Municipal deliberado, por maioria, com votos a favor dos senhores Vereadores do Partido Social Democrata e com as abstenções dos senhores Vereadores do Partido Socialista e da senhora Vereadora Luísa Mesquita, aprovar o Orçamento e Grandes Opções do Plano para dois mil e oito da Câmara Municipal de Santarém, que fica anexo à presente acta dela fazendo parte integrante (Documento III). Mais foi deliberado remeter o assunto à Assembleia Municipal para efeitos de apreciação e votação.-----

--- Apresentaram **declaração de voto:** -----

--- Senhor **Vereador Joaquim Neto**, em nome do Partido Socialista: “Conforme se diz no documento, estamos perante o orçamento mais elevado de sempre, em muito devido aos vinte e três vírgula oito milhões de euros da antecipação de receitas da EDP – Energias de Portugal, bem como aos de quinze vírgula três milhões de euros decorrentes da venda de quarenta e nove por cento do património dos Serviços Municipalizados de Santarém no âmbito do processo da Empresa de águas de Santarém. Aproveito para louvar o trabalho desenvolvido pelos diferentes Conselhos de Administração dos Serviços Municipalizados de Santarém e pelos seus trabalhadores, sublinhando que sendo o abastecimento de água ao Concelho uma obra da qual o Partido Socialista se orgulha já que para além de ter proporcionado uma cobertura de praticamente cem por cento no abastecimento de água no Concelho, possibilita que quarenta e nove por cento do património gerado pelos Serviços Municipalizados cubra em cerca de setenta e quatro

por cento a dívida de curto prazo do Município à data de trinta e um de Dezembro de dois mil e seis, de acordo com o que é definido no balanço. Ou seja, este valor acrescido da antecipação de receitas da EDP – Energias de Portugal já aprovada por este Executivo mesmo que sejam os oito milhões de euros, permitiria cobrir na totalidade essa dívida de curto prazo. -----

--- Quanto à despesa, apesar dos bons augúrios que o orçamento da receita faria prever, assistimos a um aumento da despesa corrente em cerca de vinte e cinco vírgula setenta e um por cento relativamente a dois mil e sete. Se considerarmos como base o orçamento de dois mil e cinco, o último elaborado pelo último Executivo do Partido Socialista, assistimos a um aumento de oitenta e quatro por cento nas despesas correntes, cerca de dezanove vírgula cinco milhões de euros, isto é, de dois mil e cinco para dois mil e oito a receita cresce quarenta vírgula oito por cento, no entanto a despesa corrente cresce oitenta e quatro por cento. Exemplificando, para algumas rubricas temos o seguinte:-----

--- Publicidade, relativamente a dois mil e sete temos um aumento de trinta e quatro por cento; Comunicações, temos um aumento de trinta e oito por cento; outros trabalhos especializados, temos um aumento de cento e trinta e dois por cento; outros serviços, catorze por cento; estudos, pareceres, projectos e consultadoria, trinta e sete por cento; materiais de escritório, dezoito por cento, etc. -----

--- No que diz respeito às Grandes Opções do Plano, embora com a explicação tenha ficado um pouco mais claro, porque é que a Escola do Primeiro Ciclo do Ensino Básico e Jardim de Infância de Azoia de Cima sai penalizada em cinquenta por cento e consideramos que teria sido possível continuar com a obra de construção da Escola dos segundo e terceiro ciclos do Vale de Santarém inscrita em termos de orçamento. Não deixamos no entanto de nos congratular pela inscrição em orçamento de alguns centros escolares, tal como previsto na Carta Educativa do Município. -----

--- Por outro lado, e à semelhança do já referido aquando da apresentação do orçamento para dois mil e sete, entendemos que os critérios de distribuição para as juntas de freguesia para uma obra nova não é o mais adequado e não é a forma de resolver os problemas das populações. -----

--- O panorama para dois mil e oito não é, no nosso entender, muito animador quanto a novas obras a efectuar pelas juntas de freguesia, porquanto um milhão de euros que se prevêem transferir para as juntas de freguesia, representam um vírgula treze por cento do total do orçamento, apenas mais cinquenta e sete mil e noventa euros que o que está orçamentado para gastos de publicidade. -----

--- Mantendo o presente orçamento, a perspectiva de encaixe financeiro de cerca de vinte e três vírgula oito milhões de euros para resolução da dívida de curto prazo, quando se prevê também um encaixe financeiro de cerca de quinze vírgula três milhões de euros por alienação de quarenta e nove por cento do capital dos Serviços Municipalizados de Santarém, verifica-se pelo orçamento da despesa, em particular da despesa corrente, que este orçamento acentua o despesismo, podendo perder-se a oportunidade derivada do eventual encaixe da alienação dos quarenta e nove por cento dos Serviços Municipalizados de Santarém de se proceder a um efectivo saneamento financeiro da autarquia e conseqüente redução global da dívida da Câmara Municipal. -----

--- Apesar de todos estes aspectos negativos, o Partido Socialista não ignora que o eleitorado entendeu deixar os destinos da autarquia nas mãos de uma outra força política. Discordamos das políticas e estratégias que estão a ser seguidas, no entanto somos uma força política responsável e, ao contrário do que foi apanágio do Partido Social Democrata quando o Partido Socialista geria a Câmara Municipal, mantemos a nossa posição de abstenção no sentido de não obstaculizar, a qualquer preço, a gestão da autarquia. -----

--- Desde já, no entanto, alerta o Partido Socialista que vai aumentar o seu nível de exigência quanto ao cumprimento deste orçamento, nomeadamente quanto a futuras alterações orçamentais que provoquem aumento das despesas correntes.” -----

--- Senhora **Vereadora Luísa Mesquita** – “Um - O Orçamento e as Grandes Opções do Plano têm naturalmente dois objectivos:-----

--- Um objectivo técnico de operacionalização da gestão que deve ser rigorosa e transparente; -----

--- Um objectivo de planificação estratégica que explicita as prioridades de intervenção

e as opções políticas do exercício.-----

--- Dois - O Orçamento e as Grandes Opções do Plano que hoje discutimos respondem insuficientemente a estes dois objectivos.-----

--- Três - Sei que há razões objectivas que não são facilitadoras da sua concretização, nomeadamente as dificuldades financeiras da própria autarquia a que se juntam os constrangimentos da administração central, quer por incumprimento da legislação, quer por manifesta e parcial intervenção política.-----

--- Quatro - Mas exactamente porque esta é a realidade com a qual este exercício autárquico se confronta há dois anos, considero que as medidas de saneamento financeiro e de grande contenção das despesas correntes são imperiosas e indispensáveis. E não é o que o Orçamento espelha.-----

--- As receitas correntes aumentam cerca de um milhão e oitocentos mil euros, mas as despesas correntes aumentam mais de oito milhões de euros.-----

--- Enquanto no Orçamento de dois mil e sete se obteve uma poupança de mais de catorze milhões de euros, em dois mil e oito ficou-se pelos sete vírgula cinco milhões de euros.-----

--- Enquanto as receitas de capital aumentaram mais de onze milhões de euros, as despesas de capital ficam por um aumento de quatro milhões e seiscentos mil euros.-----

--- Portanto este aumento vai, uma boa parte, para as despesas correntes.-----

--- Mas se considerarmos que o orçamento de dois mil e oito tem um aumento de cerca de dezassete por cento, verificaremos que as despesas de capital descem de cinquenta e cinco vírgula vinte e cinco por cento para cinquenta e dois vírgula vinte por cento no cômputo da despesa geral, enquanto as despesas correntes sobem de quarenta e quatro vírgula setenta e cinco por cento para quarenta e sete vírgula oitenta por cento.-----

--- Cinco - Sabemos todos e o orçamento afirma-o que “a principal origem dos fundos é a venda de bens e serviços correntes através do recurso a uma operação de antecipação de receitas da EDP – Energias de Portugal e os activos financeiros através da alienação de quarenta e nove por cento do capital social da empresa de Águas de Santarém”.-----

--- Estamos portanto a falar de operações financeiras não garantidas, quer formalmente,

quer substantivamente, o que evidencia a fragilidade da matéria em discussão.-----

--- Se acrescermos ainda o facto de dois mil e oito constituir um ano crucial para a apresentação das candidaturas ao QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional, quer as que eventualmente as Juntas de Freguesia em Associação possam apresentar e mesmo outras de âmbito Regional que impliquem a indexação de verbas, penso haver razões que devem suscitar preocupação.-----

--- Seis - Finalmente, a decisão de inclusão da totalidade da dívida dos últimos anos, apesar do impacto negativo, pode, se devidamente aproveitada, permitir, a partir de agora, consolidar o equilíbrio financeiro da autarquia e criar espaço orçamental para concretizar o dever de quem gere o dinheiro dos contribuintes: **transformá-lo em qualidade de vida.** -----

--- Por tudo isto a minha abstenção.” -----

--- Senhor **Presidente** - Referiu que a declaração de voto do Partido Social Democrata é a introdução ao documento do orçamento, que a seguir se transcreve:-----

--- “O documento que se apresenta pretende demonstrar, com o máximo de rigor, as previsões de receita e despesa para o ano de dois mil e oito, destacando as actividades e investimentos considerados mais relevantes.-----

--- Dois anos após o início do presente mandato, que tem sido pautado pela sucessiva apresentação de medidas para solucionar o enorme peso da dívida do município, ainda não conseguimos alcançar os objectivos pretendidos de anulação da dívida de curto prazo.-----

--- No entanto diversos passos foram dados. Cerca de oito milhões de euros foram reduzidos no ano de dois mil e seis em dívida a fornecedores, o que continuou em dois mil e sete, com a consolidação do passivo em médio e longo prazo. -----

--- Outros passos estão neste momento a ser dados. As vicissitudes, a nosso ver todas de carácter político, que inviabilizaram a concretização das soluções já propostas, sufocam dia após dia o município, mas esperamos o empenho de todas as forças políticas para a aprovação das novas medidas que serão propostas no início do ano de dois mil e oito. ---

--- Um dos problemas, o excesso do endividamento líquido, está neste momento ultrapassado e o Município de Santarém, após o fecho das contas de dois mil e sete, poderá orgulhar-se de cumprir escrupulosamente os apertados limites impostos pela Lei das Finanças Locais, no tocante a este critério de controlo.-----

--- Como mais à frente será possível constatar, este orçamento é o mais elevado de sempre. Contudo, e na esteira dos compromissos de rigor e transparência assumidos pelo actual executivo, importa, definitivamente, espelhar no orçamento e nas contas todos os compromissos financeiros da autarquia e atacar as facturas em conferência, que ao longo dos últimos anos têm funcionado como “válvula de escape” da dívida e da insuficiência das receitas para prover as despesas.-----

--- Há um aumento nas despesas de capital/investimento em cerca de cinco milhões e quinhentos mil Euros relativamente ao ano de dois mil e sete.-----

--- Também é certo que existe um aumento nas despesas correntes, mas tal facilmente se justifica por diversas razões. Em primeiro lugar, as novas formas de gestão obrigam a maiores despesas correntes em detrimento das despesas de capital, forçando a contratação de serviços externos em diversas áreas essenciais, como são exemplos a educação com as actividades de enriquecimento curricular e refeições, e ainda o grande aumento das intervenções nos espaços verdes e na rede viária com um contrato ambicioso de conservação. Também de acordo com o princípio que se deixou explicitado em cima, ao incluir despesas em conferência, maioritariamente, senão exclusivamente, de natureza corrente, tem como natural consequência o aumento do peso das despesas correntes.-----

--- Isto não invalida, claro, a imposição de restrições às despesas de funcionamento que se pretendem concretizar em dois mil e oito, fazendo parte dos objectivos a definir à organização.-----

--- Ao nível das prioridades de investimento elas vão recair na intervenção e reabilitação de espaços públicos (com um crescimento na previsão inicial de cerca de vinte e seis por cento em vias de comunicação e dezoito por cento em parques e jardins) e na construção de infra-estruturas de educação (com um crescimento de onze por cento), sendo que em

todo o programa da educação o crescimento é de noventa e dois por cento face ao ano de dois mil e sete. -----

--- O PIDDAC - Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central para dois mil e oito denota uma vez mais o desprezo do Governo relativamente a Santarém, o que associado aos constrangimentos ao financiamento pela autarquia proporcionam, por si só, condições muito desfavoráveis para o próximo ano. --

--- Porém, o executivo tudo irá fazer para que Santarém possa beneficiar ao máximo de fundos comunitários no âmbito do QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional, de forma a tornar o Concelho mais competitivo na escala regional, nacional e internacional.-----

--- A este nível importa frisar que as candidaturas após homologação passarão a constar na receita, sendo certo que muitos dos projectos já se encontram previstos na despesa, o que, necessariamente produzirá alterações ao documento.-----

--- Uma nota final de apreço e reconhecimento a todos os funcionários do Departamento Financeiro cujo esforço e dedicação permitem que os documentos que se seguem sejam claros, transparentes e de fácil leitura e que o orçamento do próximo ano seja o mais real possível.”-----

--- **Acrescentou, a seguir, as seguintes notas:**-----

--- “Queremos agradecer o voto de confiança dos senhores Vereadores da oposição no orçamento, com a sua abstenção apesar de ter sido claro que ainda não entenderam os novos desafios de gestão e continuem agarrados aos critérios da natureza da despesa – se é corrente, se é de capital – sem que dessa única e exclusiva destrição possa resultar algum factor de melhoria do orçamento. Ficamos contentes de não ter existido nenhuma proposta alternativa ao nosso orçamento com excepção do trabalho que foi realizado com as juntas de freguesia porque isso evidencia que este é um bom orçamento.-----

--- Relativamente às fontes de financiamento deste orçamento, para além da antecipação de receitas que foi uma matéria trazida pelo Executivo do Partido Social Democrata e votada favoravelmente também por este Partido e também que os resultados ou os possíveis resultados da alienação de quarenta e nove por cento da capital da empresa

municipal que essa também foi uma proposta apresentada pelo Partido Social Democrata com os votos favoráveis também, na altura, da Coligação Democrática Unitária, não compreendemos porém que o Partido Socialista que sempre votou contra esta questão da empresa se venha agora vangloriar com os resultados que a alienação dos quarenta e nove por cento traduza no orçamento municipal. Isto é, para além de toda a discussão deste orçamento, o resultado e o espelho claro da demagogia política que é empregue em que são criticados os critérios subjacentes ao documento, os critérios claros e objectivos que foram definidos para as freguesias e para a introdução de todas as verbas quer receita, quer despesa no orçamento e que não seja apresentada nenhuma alternativa a esses mesmos critérios mas ao contrário - para terminar – daquilo que o Estado faz relativamente às autarquias, conforme foi referido pela senhora Vereadora Luísa Mesquita, os investimentos do PIDDAC - Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central em Santarém que não são mais do que uns escassos euros e o Estado não tem participado rigorosamente em mais nada para além do PIDDAC - Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central e das transferências correntes, mas ao contrário disso, todo o nosso orçamento, os oitenta e oito milhões são para as vinte e oito freguesias do Concelho e estar aqui a confundir aquilo que são as transferências ao abrigo de delegação de competências e aquilo que é o orçamento global que é naturalmente para as vinte e oito freguesias é uma confusão de demagogia política. Os montantes que estão adstritos a despesas de capital, cerca de quarenta e cinco milhões de euros são para vinte e oito freguesias no nosso Concelho, para nós todas as obras prioritárias de cada uma das freguesias são também prioridades para a Câmara Municipal.”-----

--- Sob proposta do **senhor Presidente**, a Câmara deliberou, unanimemente, aprovar em minuta os termos da presente acta a fim de produzir efeitos imediatos.-----

--- Finda a análise dos assuntos constantes da ordem de trabalhos, o **senhor Presidente** convocou a próxima reunião do Executivo Municipal para o dia sete de Janeiro de dois mil e oito, com início às quinze horas e de acordo com a competência que lhe confere o número cinco do artigo oitenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e

nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco-
A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, declarou aberto o “**PERÍODO DE
INTERVENÇÃO DESTINADO AO PÚBLICO**” não se tendo verificado qualquer
pedido de uso da palavra. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

--- E não havendo mais assuntos a tratar, pelo senhor Presidente foi declarada encerrada
a reunião eram vinte e uma horas e trinta minutos, lavrando-se a presente acta que vai ser
assinada. -----

--- E eu, _____ Chefe de Secção
a redigi e subscrevi. -----

--- **O PRESIDENTE** -----

--- Ramiro Matos _____

--- **OS VEREADORES** -----

--- Luís Batista _____

--- Lígia Batalha _____

--- Manuel Afonso _____

--- Ricardo Gonçalves _____

--- Joaquim Neto _____

--- Maria Luísa Mesquita _____

--- António Valente _____

--- Henriqueta Carolo _____